

O desafio para a mineração

Claudio Galeazzi

O empresariado do setor mineral, por se distanciar da sociedade, recebeu da Constituinte o que merece. Entretanto, não é mais hora de chorar; devemos agora mudar a postura e partir para a tarefa maior de evitar que os segmentos sociais menos favorecidos paguem a fatura do irrealismo constitucional. Para isso devemos ter criatividade, pois os desafios são enormes.

O Brasil é um país imenso e geologicamente atraente. Contudo, não devemos considerar que isto seja suficiente para atrair de forma voluptuosa as empresas de mineração internacionais. Por ser ainda pouco conhecido geologicamente, é possível criar uma perspectiva otimista. Mas o desconhecido tem um preço muito alto. A ausência de mapeamentos básicos confiáveis força as empresas a requererem um número de áreas para pesquisa maior que no Canadá ou em qualquer país europeu. Isto provoca um aumento de custos dos projetos e retarda a descoberta de alvos prospectáveis.

A BP, no início de suas atividades no Brasil, teve que requerer um número significativo de áreas para prospecção e pesquisa, e após um dispendioso e exaustivo programa de exploração mineral vem reduzindo velozmente seus limites de atuação, estando hoje com 465 alvarás de pesquisa, participando com a Cesbra em outros 127 e com a Santa Martha em 113. Isto abrange uma área de 21.099 km², dez vezes menor que a constantemente mencionada na imprensa.

A procura de jazidas no Brasil não é uma tarefa fácil. Há regiões em que o conhecimento geológico é totalmente inadequado para a exploração mineral em bases racionais. Tanto isto é verdade que poucas empresas possuem capacitação técnica e financeira para empreender grandes programas exploratórios no país. A atual legislação mineral permitiu que o grupo BP

gastasse US\$ 340 milhões em suas atividades, a quase totalidade na fase de maior risco - prospecção e pesquisa.

Os dispositivos constitucionais recentemente aprovados impedem que qualquer empresa multinacional, com os mesmos objetivos iniciais da BP, possa fazer tal dispêndio, a menos que encontre sócios locais. Este é um grande desafio: convencer o empresariado nacional a investir durante dez anos, sem qualquer garantia de retorno. Os exemplos existentes desencorajam uma perspectiva otimista, mas nem por isso devemos nos abater. A avaliação dos novos dispositivos constitucionais deverá ser realizada na prática e não em considerações teóricas. Esperemos os resultados.

O conjunto de fatores internos desfavoráveis são reforçados quando analisamos o setor mineral a nível mundial. Os últimos 15 anos foram marcados por um período de turbulência para as indústrias de mineração e metalurgia. A mesma decorre das violentas flutuações nos preços, em resposta às mudanças na oferta e na demanda, consequência, em grande parte, da exacerbação dos ciclos econômicos marcados pelos dois choques do petróleo e a continuada desaceleração do crescimento nos principais países industrializados.

E o Brasil como se situa nesse quadro? Ora, o país tem que achar novas minas, a maioria de nossas reservas de metais básicos é incapaz de nos atender integralmente já na década de 90. Ainda está bastante avivado em nossas mentes o nefasto exemplo das limitações em ampliar a produção de matérias-primas minerais durante o Plano Cruzado, quando a dilatação do mercado interno exigiu um aumento da oferta. A indústria mineral não respondeu a contento, contribuindo para o colapso do abastecimento. O desafio, portanto, é como empreender audacioso programa prospectivo à procura de novas jazidas de metais básicos, com uma configuração internacional e medidas internas desestimulantes.

Entendemos que a imprensa tem um papel importante a desempenhar nessa fase de implantação da nova Carta. É preciso desmistificar preconceitos e esclarecer as verdades. A participação das empresas multinacionais na mineração brasileira é quase sempre analisada emocionalmente. O exemplo da BP é ilustrativo. A mesma formou um grande grupo de funcionários brasileiros que recebem condições e assistências do mais alto padrão; investiu em programa de aprimoramento técnico, com intercâmbio científico e visitas a minas em várias partes do mundo; delegou todos os cargos de gerenciamento e diretoria técnica a brasileiros; criou empresa de sondagem e laboratório que implantaram o que há de mais moderno em técnicas de perfuração e métodos analíticos; associou-se minoritariamente a grupos nacionais na tarefa de implantar a mina de ouro Cabaçal I, em Mato Grosso; espera associar-se novamente a grupos nacionais para levar à frente o empreendimento mineiro-metalúrgico de Fortaleza de Minas que deverá consumir US\$ 200 milhões e gerar cerca de 800 empregos diretos.

Nada do que foi dito acima tem sido mencionado quando somos citados na imprensa. Colocam-nos sempre como detentora de numerosas reservas inexistentes e possuindo milhares de alvarás de pesquisa há mais de dois anos descartados. A verdade é que nossos resultados operacionais são ainda insignificantes para justificar os investimentos e a própria estruturação empresarial que edificamos. Talvez este seja o maior desafio que a sociedade brasileira deverá enfrentar: conhecer a realidade e trabalhar intensamente, tornando o país economicamente mais forte e socialmente mais justo. A BP Mineração continua a acreditar no país e, a princípio, não tem interesse em encerrar suas atividades no Brasil. Ao contrário, deseja ser parceira em sua afirmação como uma grande nação.

Claudio Galeazzi é vice-presidente da BP Mineração